

JOAQUIM MATTOSO CAMARA JR.

**Problemas
de Lingüística Descritiva**

8ª EDIÇÃO



Editora VOZES Limitada
Petrópolis, RJ
1976

No século XIX outro caminho se esboçou. A tendência foi colocar tal estudo sob a égide da psicologia. A nova atitude se apoiou na filosofia romântica, que salientava os aspectos psicológicos, ou mesmo antilógicos, que as línguas revelam, e a sua condição de expressões totais da vivência humana, constituída não apenas de raciocínio, mas ainda — e muito mais talvez — de emoção e fantasia.

A lingüística, que se firmara e desenvolvera como ciência autônoma, circunscrita na gramática comparativa e em seguida na história lingüística, não se preocupou diretamente com a descrição das línguas. Mas indiretamente favoreceu a tendência psicológica. Assim, Hermann Paul, o grande teórico da lingüística de seu tempo, que ele queria exclusivamente histórica, deu, não obstante, uma achega para um tratamento descritivo psicológico, como já observou com razão Fr. Kainz.¹

A reação contra uma e outra diretriz surgiu no século XX.

Em 1928, L. Hjelmslev, um dos iniciadores da lingüística descritiva como atualmente é entendida, assinalou a necessidade de «distinguir nitidamente o âmbito da lingüística, que estuda a atividade pela qual se comunica um conteúdo de consciência de um indivíduo a outro, e a psicologia, que, como a lógica, se ocupa em examinar o próprio conteúdo da consciência humana».²

O programa que ele propunha só podia ser executado dentro da lingüística. Vimos, porém, que esta, desde os seus primórdios no século XIX, se concentrava na gramática comparativa e na lingüística histórica. Era preciso, portanto, abrir uma nova frente dentro da lingüística, para falarmos em termos militares.

Foi a necessidade que cedo sentiram Anton Marty, em 1908, e Vilém Mathesius, em 1911. O primeiro assinalava que em lingüística «ao lado de leis históricas há também leis descritivas»³, e o segundo procurou firmar a prioridade do estudo descritivo sobre o histórico, os quais ele chamou respectivamente «estático» e «dinâmico».⁴

A obra póstuma de Ferdinand de Saussure, em 1916, deu uma formulação singularmente precisa a essas novas idéias, que por assim dizer pairavam no ar.

Como se sabe, Saussure dividiu a lingüística em sincrônica e diacrônica: «é sincrônico tudo que se refere ao aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções».⁵ Acentuou, ao mesmo tempo, que a distinção é imprescindível numa «ciência de valores», como é a lingüística, pois os valores são função de

¹ Cf. *Psychologie der Sprache*, I, Stuttgart 1941, p.9.

² *Principes de Grammaire Générale*, Kobenhaven 1928, p.24.

³ *Ueber Wert und Methode einer allgemeinen beschreibenden Bedeutungslehre*, Herausgegeben von Otto Funke, Berna 1950, p.19.

⁴ "On the potentiality of the phenomena of language", *A Prague School Reader in Linguistics*, compiled by Josef Vachek, Bloomington (Ind.) 1964, pp.1-32.

⁵ *Cours de Linguistique Générale*, 2ª edição, Paris 1922, p.117.

um momento dado. ⁶ E' o que facilmente se pode ilustrar para o português com dois exemplos ao acaso: o elemento *com-* de *comer* é a raiz da palavra, enquanto no latim *comedere* era um prefixo; o pronome *mim*, que corresponde ao dativo latino de *mihi*, para objeto indireto, é em português uma forma para ser regida de preposição e em regra na função de complemento circunstancial, que cabe ao ablativo em latim.

Uma vez assim delineada a lingüística descritiva, começaram a aparecer intensamente os estudos referentes a ela. E, de acordo com a concepção de Mathesius, firmou-se a prioridade sobre os estudos históricos, no sentido de que à diacronia só cabe explicar a passagem de uma sincronia para outra.

As técnicas descritivas têm sido múltiplas e variadas, mas não propriamente contraditórias, desde o Círculo Lingüístico de Praga e o grupo genebrino de Bally, mais diretamente ligados a Saussure, até a glossemática de Hjelmslev, a escola norte-americana de Bloomfield e a inglesa de J. R. Firth, para só citar as orientações mais importantes na fase primeira do movimento.

A língua portuguesa, entretanto, tem ficado à margem desses propósitos descritivos.

A lingüística em Portugal e no Brasil tem sido entendida, de preferência, como fundamentalmente histórica (ou diacrônica, em termos saussurianos), desde que Adolfo Coelho iniciou e Leite de Vasconcelos consolidou em Portugal o enfocamento lingüístico. No Brasil houve dois teóricos, de orientação muito diversa entre si, que se preocuparam com o problema descritivo: João Ribeiro, até certo ponto, e, em maior grau, Said Ali. ⁷

Em regra, em matéria de sincronia, o que se tem feito em Portugal e no Brasil é o ensino gramatical como «arte de falar e escrever corretamente». A lingüística só trata da história da língua, e a descrição é substituída por um código normativo, com vistas à prática escolar. A situação é bem assinalada pelo contraste de significação e emprego dos termos «gramático» e «filólogo»: aquele atribuído, com certa coloração pejorativa muitas vezes, ao expositor praxista de regras consuetudinárias, e este, valorativamente, ao que procura explicar em sentido genético o que vigora.

E' claro que um código normativo de falar e escrever «corretamente» (isto é, de acordo com uma convenção social, bem radicada, que põe numa escala estimativa as diversas modalidades de língua vigentes no país) é útil — e mesmo necessário — por motivos a bem dizer extralingüísticos. À estratificação na maneira de falar e

⁶ Idem, *ibidem*, p.115.

⁷ Cf. meus dois artigos: "As idéias gramaticais de João Ribeiro", *Lctras*, n.12, Curitiba 1961, pp.22-35; "Said Ali e a língua portuguesa", *VOZES*, n.6, Petrópolis 1961, pp.415-419.

à dialetização no espaço se contrapõe, nas sociedades mais ou menos politicamente coesas, uma «língua-padrão», mais unitária e homogênea, e é dela que se tiram os lineamentos para o ensino da língua materna na escola. Tem toda a razão Tonnelat: «Não há língua comum sem ensino escolar e este tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa».⁹

Mas é igualmente claro que a codificação (que é um ramo da lingüística aplicada, isto é, da aplicação da lingüística a fins de interesse social) tem de partir dos resultados obtidos pela lingüística descritiva, com uma técnica de pesquisa e interpretação objetiva e rigorosa, para não operar viciosamente no vazio, fora de qualquer uso real.

Como esse trabalho de lingüística descritiva ainda não se realizou nem em Portugal nem no Brasil, em ambos os países se patinha em matéria de gramática normativa e o ensino gramatical na escola é denunciado como uma perturbação, antes do que um auxílio, para um uso lingüístico adequado.

Com efeito, à falta de dados certos e objetivos acresce a falta de diretrizes seguras de interpretação.

Em primeiro lugar, não é raro tumultuar-se a regulamentação com considerações de ordem histórica, que são aí fora de propósito. Já Leite de Vasconcelos acenara com esse caminho, embora o tenha seguido para em regra aceitar com liberalidade o que outros queriam condenar no uso vivo.¹⁰ Depois dele, daí saíram muito mais freqüentemente imposições arbitrárias do ponto de vista sincrônico, como dítar o plural de um nome em *-ão* na base da declinação latina desse nome exclusivamente, querer firmar a pronúncia proparoxítone de um vocábulo só por causa da quantidade breve da penúltima sílaba do seu étimo em latim, ou dar como legítima uma significação obsolescente, por ser a que se encontra nos antigos clássicos.

Talvez mais perturbadora ainda tenha sido a indistinção entre uso falado e uso escrito, com a atenção tãda voltada para este, e o facto de não reconhecer naquele a possibilidade de «registros» diversos, conforme a situação concreta que se depara ao falante (uma conversa no meio familiar, ou um intercâmbio na condição que em inglês se chama «formal», isto é, caracterizada por certo cerimonial de intercurso, e assim por diante). Na própria língua escrita, o vezo de estear a regulamentação em «exemplos de bons escritores» levou a uma confusão de dois registros, pelo menos: o da língua escrita corrente e o da língua literária, em sentido estrito, com finalidades estéticas que dominam os canais de expressão.

⁹ *Histoire de la langue allemande*, Paris 1927, p.167.

¹⁰ Cf. a sua defesa da forma *lavandeira*, condenada por Cândido de Figueiredo, em *Lições de Filologia Portuguesa*, Lisboa 1911, p.207.

Em verdade, as relações entre a fala e a grafia precisam de tratamento muito diverso do que lhes costumam dar as gramáticas escolares. Nestas, a atenção primordial é para a língua escrita (como se disse há pouco), e a língua oral entra de maneira indefinida, sem delimitação explícita, que se impunha, para uma e para a outra.

E' justo que se dê grande cuidado à língua escrita. E' ela que a escola tem de ensinar em primeira mão. O estudante normal já vem falando com eficiência e propriedade, embora precise aperfeiçoar, ou até inteiramente aprender, o uso da língua-padrão. Acresce o primado da língua escrita nas sociedades do tipo da nossa, dito «civilizado». Aí, do ponto de vista sociológico, a língua escrita se sobrepõe inelutavelmente à língua oral, pois rege toda a vida geral e superior do país. Dá-se uma inversão, em termos sociais, da verdade puramente lingüística de que a escrita decorre da fala e é secundária em referência a esta.

Não obstante essa contingência de ordem social, subsiste o fato lingüístico de que a língua escrita é uma transposição, para outra substância, de uma língua primordialmente criada com a substância dos sons vocais. Só se pode compreendê-la e ensiná-la na base dessa transposição. «Só depois de dominar a fala é que se pode aprender a ler e escrever», adverte Jakobson.¹⁰

Isso nos impõe a tarefa de fazer a descrição (mesmo para fins escolares) em função da língua oral, o que, paradoxalmente, nem em relação à «fonética», nas nossas gramáticas, é feito de maneira coerente.¹¹

A falha fundamental, entretanto, tem sido a de partir de uma análise lingüística perfunctória, deficiente, incerta e confusa. E' preciso um trabalho persistente de nova *mise-au-point* nesse particular.

A descrição de uma língua é a depreensão da sua estrutura e a explicação das relações que aí se estabelecem. Da mesma sorte que a lingüística histórica torna explícito o elo genético entre uma forma atual e outra anterior, a lingüística descritiva se propõe a mostrar os elos atualmente vigentes entre as formas. São dois tipos de relações que em regra não coincidem nem têm em princípio que coincidir.

A esse propósito contentemo-nos aqui com uma ilustração apenas. No mecanismo da formação do feminino em português, há, além da adjunção da desinência -a, certas vezes um processo complementar de abrir o timbre da vogal média tônica no radical (/ô/ passa para /ó/, como menos freqüentemente /ê/ passa para /é/); em

¹⁰ Cito pela seleção portuguesa de trabalhos desse Autor, que preparei recentemente para a Livraria Acadêmica: *Fonema e Fonologia*, Rio de Janeiro 1967, p.113.

¹¹ Foi o grande mérito de *O Idioma Nacional* de Antenor Nascentes ter focalizado decididamente a elocução; cf. o meu artigo "Antenor Nascentes e a filologia brasileira", *VOZES*, n.6, Petrópolis 1966; pp.459-462.

avô-avó é até a única marca de feminino existente. Essa formulação, porém, de tomar como ponto de partida o timbre fechado da vogal do radical, no masculino¹², é puramente sincrônica: diacrônicamente, ora o timbre aberto é, com efeito, secundário em relação ao timbre fechado (como no sufixo *-osa*, em que /o/ era primitivamente fechado porque decorrente de um /o/ longo latino), ora, ao contrário, o timbre aberto é que era o originário como proveniente de /o/ breve latino e o timbre fechado do masculino é que vem a ser o secundário por assimilação à vogal átona final (metafonia), e tal é o caso, aliás, em *avô-avó*.

Da descrição resulta assim toda uma rede de correspondências e decorrências, que não refletem a realidade genética, mas cuja depreciação rigorosa se impõe para a justa interpretação da estrutura e do funcionamento da língua. Há até formas implícitas, ou «teóricas», que é preciso estabelecer como um ponto de referência necessária na apresentação do mecanismo das correlações entre as formas existentes.

A descrição pode tomar para objeto qualquer modalidade lingüística, desde a mais popular ou remotamente regional até a mais elaborada, como, por exemplo, a língua da literatura. Importa, apenas, para ser exata e lúcida, concentrar-se no objeto especificamente escolhido.

Quando, porém, a intenção é, antes de tudo, dar uma base à disciplina gramatical no ensino escolar, tem de partir (como se vai fazer aqui) do registro falado e escrito considerado «culto», ou melhor dito, como adequado para as condições «formais» no sentido inglês do adjetivo.

¹² Ou, como é mais econômico e veremos adiante, tomar como ponto de partida o timbre aberto da vogal do radical, no feminino.